

Inflação de maio fica em 0,58%, influenciada por alimentos

Em 12 meses, IPCA soma 4,72% e fica fora de limite considerado de tolerância

O preço dos alimentos pressionou o bolso dos brasileiros em maio e representou metade da inflação, que variou 0,58%, no mês passado.

O resultado mostra que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) perdeu força em relação aos dois meses anteriores. Entretanto, fez com que o acumulado de 12 meses chegasse a 4,72%, saindo do limite de tolerância estipulado pelo governo.

Os dados foram divulgados nesta sexta-feira (12) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A meta de inflação estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) é de 3%, com tolerância de 1,5 ponto percentual (p.p) para mais ou para menos, ou seja, um intervalo de 1,5% a 4,5%.

Desde o início de 2025, o período de avaliação da meta é referente aos 12 meses imedia-

tamente passados e não apenas o alcançado no fim do ano (dezembro). O teto é descumprido se a inflação estourar o intervalo de tolerância por seis meses seguidos.

A última vez que o acumulado de 12 meses ficou fora do limite havia sido em outubro de 2025, quando marcou 4,68%.

Veja o comportamento da inflação mensal ao longo de 2026:

- Maio: 0,58%
- Abril: 0,67%
- Março: 0,88%
- Fevereiro: 0,70%
- Janeiro: 0,33%

O IPCA de maio veio acima da estimativa do mercado. O Boletim Focus da última segunda-feira (8), sondagem do Banco Central (BC) com agentes do mercado financeiro, projeta que a inflação de maio ficaria em 0,48%. Para o fim de 2026, o mercado projeta 5,11%.



Os dados foram divulgados nesta sexta-feira (12) pelo IBGE

Alimentos pressionam

O IBGE apura o comportamento de nove grupos de preços. O que mais subiu foi o de alimentação e bebidas, com alta de 1,33%. Isso representa impacto de 0,29 ponto percentual no IPCA do mês, ou seja, metade da inflação de maio.

Itens que mais impactaram o índice:

batata-inglesa (+44,69% e impacto de 0,09 p.p.);

tomate (20,62% e 0,06 p.p.);

carnes (+1,39% e 0,04 p.p.);

cebola (+16,80% e 0,02 p.p.).

Maio foi o terceiro mês seguido com a inflação dos alimentos acima de 1%. No acumulado dos cinco primeiros meses do ano, o grupo alimentação e bebida sobe 4,81%.

Observando especificamente para meses de maio, a taxa de 2026 (1,33%) é a maior desde 2015 (1,37%).

O gerente da pesquisa, Fernando Gonçalves, aponta que

a alta dos alimentos é explicada por menor oferta de alguns produtos e preço do frete. “A gente usa muito frete rodoviário.”

Gonçalves acrescenta que a alta no preço dos fertilizantes – reflexo do conflito no Oriente Médio – também pode ter onerado o custo da produção de alimentos e sido repassado para o consumidor. Se o grupo fosse retirado do cálculo do IPCA, a inflação de maio teria sido 0,37%.

Energia elétrica

O segundo grupo que mais pressionou a inflação foi o da habitação, que subiu 1,22% e representou impacto de 0,18%. A explicação está no preço da energia elétrica residencial, com alta de 3,67%. A conta de luz foi o custo individual que mais elevou a inflação no mês passado, com impacto de 0,15 p.p.

O especialista justifica que a conta pesou mais no bolso por causa da implementação da ban-

deira tarifária amarela, que representa acréscimo de R\$ 1,885 a cada 100 quilowatt-hora (kwh) consumidos. Para junho, também está valendo a bandeira amarela.

Além disso, o IBGE monitorou reajustes contratuais na conta de luz em seis regiões: Aracaju, Fortaleza, Salvador, Campo Grande, Recife e Belo Horizonte. O IPCA é um índice nacional, mas os impactos regionais entram na média da inflação do país.

Alívio nos combustíveis

O grupo transportes foi o único com deflação (queda média de preços) no mês, recuando 0,46%. A explicação está no preço dos combustíveis (-1,95%), que aliviaram o custo de reabastecimento.

- etanol: -6,20%
- óleo diesel: -2,34%
- gasolina: -1,46%

A gasolina foi o produto que mais puxou a inflação para baixo em todo o IPCA de maio (impacto de -0,08 p.p.).

Salários diminuem pobreza em 22 regiões metropolitanas; Taxa foi de 18,4% em 2025

Entre 2021 e 2025, mais de 10 milhões de pessoas deixaram a condição de pobreza nas regiões metropolitanas do país. Os dados são do boletim Desigualdade nas Metrôpoles, produzido em parceria pelo Observatório das Metrôpoles, a Rede de Observatórios da Dívida Social na América Latina (RedODSAL) e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS).

Segundo o estudo, baseado em informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de pobreza em 22 metrôpoles brasileiras chegou a 18,4% em 2025, “alcançando, pelo terceiro ano consecutivo, o menor valor da série histórica [desde 2012]”.

“Foi uma redução significativa. Um patamar grande, apesar do nível de pobreza ainda se manter bastante alto no conjunto das metrôpoles do Brasil”, afirma, em entrevista à Agência Brasil, o economista e sociólogo Marcelo Ribeiro, professor do Programa de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisador do Observatório das Metrôpoles.

Para o especialista, a redução observada da pobreza tem a ver com a remuneração do trabalho e foi beneficiada com a maior oferta de ocupações no país. “Está muito vinculada com o fato de as pessoas mais pobres terem aumentado o seu nível de renda a partir do rendi-



Os dados são do boletim Desigualdade nas Metrôpoles

mento do trabalho.”

Ele descarta que a melhoria tem a ver com os programas sociais de transferência de renda. Os valores pagos pelo Bolsa Família não sofrem alteração desde março de 2023.

Renda domiciliar mensal

Conforme o boletim Desigualdade nas Metrôpoles, “a renda média domiciliar per capita do conjunto das metrôpoles do país alcançou novo recorde em 2025”. O valor foi de R\$ 2.766.

No ano passado, havia nas regiões metropolitanas RM cerca 15,2 milhões de pessoas (15.188.817) em situação de pobreza – que contavam com até R\$ 729 por mês (valor resultado da renda domiciliar mensal dividida pelo número de pessoas da família). O volume equivale ao total da população somada do Pará, da Paraíba e de Sergipe.

Desse universo, 2,6 milhões de pessoas estavam em condição de extrema pobreza: contavam com até R\$ 229 por mês (renda familiar per capita mensal). O volume equivale ao total de habitantes de Fortaleza ou de Salvador.

O boletim destaca que “a taxa de extrema pobreza caiu para 3,2% no conjunto das metrôpoles brasileiras. Esse nível só foi maior do que as taxas registradas em 2013 e 2014.